



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 01**

Sessão Ordinária

da

Assembleia Municipal

realizada

em

24 de Fevereiro de 2018



Assembleia Municipal

## ACTA N.º 1

-----Ao vigésimo quarto dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----Ricardo João Barata Pereira Alves, Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, Carlos Miguel Oliveira Nobre, em substituição da Senhora Deputada Sara Rita Rodrigues Pedroso, Manuel Augusto Simões Rodrigues, João José Monteiro Figueira, em substituição do Senhor Deputado Mário Pereira Gonçalves, Joana Rita Ribeiro de Oliveira Gomes, Elisabete Simões Oliveira, Daniel Ricardo Simões Gonçalves, Luis da Silva Moreira Gomes, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Tamára Alexandra Brandão Simão, André Rodrigues Vicente, Miguel Mateus Teixeira, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra, Mário Adrião Gonçalves, Margarida Teresa Gonçalves Abranches Freire de Figueiredo, em substituição da Senhora Deputada Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, Maria do Rosário Gomes Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, José Manuel Fidalgo Nogueira; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares; Presidente da União das Freguesias de Vila Cova do Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral.-----



Assembleia Municipal

-----O Segundo Secretário da Mesa **continuou dando conhecimento do pedido de justificações das faltas dos Senhores Deputados**, Mário Pereira Gonçalves, Maria José Silva, Rita Gaspar Marques e Sara Pedroso.-----

-----Estas justificações dão-se por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, acompanhado pela restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Fernando Vale e Tyoga Macdonald.-----

#### PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Nuno Lemos** que começou por cumprimentar todos os presentes desta Assembleia Municipal e dizendo que a situação que o trouxe a esta reunião tem a ver com uma situação na sua freguesia, o Castro da Lomba do Canho. Referiu que todos devem saber o que é o Castro da Lomba do Canho, contém vestígios de um acampamento militar que remonta ao tempo do império romano, mas que, actualmente, em 2018, se encontra num estado de abandono, desprezo e degradação que convém que alguém responsável, neste caso a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, tomem medidas concretas porque trata-se de um património cultural que tem um grande valor mas se ninguém fizer nada, continua ao desprezo.-----

#### PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** referindo que “antes de passar a palavra ao Primeiro Secretário, para fazer o resumo do expediente recebido, quero dar nota de que a Assembleia Municipal recebeu o relatório anual de 2017, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e, se algum dos Senhores Deputados o quiser consultar, está aqui na mesa para esse efeito.”-----

1. ---- **Leitura do expediente.** -----

-----O **Primeiro Secretário, Senhor Deputado Municipal António Gonçalves Cardoso**, deu conta que “temos, dos Verdes – PEV Partido Ecologista, votos de boas festas; da Associação Nacional de Municípios Portugueses, actualização dos contactos dos associados; do Senhor Deputado João Galamba, votos de boas festas; da Assembleia Municipal de Odemira voto de pesar; da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Côja, convite para o 55º aniversário da Associação Humanitária; da Assembleia Municipal de Viseu, um voto de pesar; dos



Assembleia Municipal

Bombeiros Voluntários de Arganil, convite para o 14º jantar; do Senhor Deputado António João Lopes, uma proposta que foi distribuída; da CPCJ de Arganil, o Relatório Anual de 2017.-----

-----Temos também justificação de falta de Ana Sofia Pedroso, Mário Pereira Gonçalves, Maria José Silva, Rita Gaspar Marques e Sara Pedroso.”-----

-----Todos os documentos se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

**2. Discussão e votação da Acta da Sessão nº 6, realizada no dia 16 de Dezembro de 2017.** -----

-----Não havendo registo de intervenções a acta foi aprovada por maioria, com seis abstenções.-----

**3. Assuntos de Interesse para o Município.** -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que, de acordo com o actual Regimento da Assembleia, este periodo Antes da Ordem do Dia tem a duração de sessenta minutos, sendo a distribuição por grupos municipais feita do seguinte modo: 5 minutos para cada Partido/Independentes e o restante distribuído através da aplicação do método de Hondt. Os tempos por grupo municipal são os seguintes: PSD vinte e sete minutos, PS vinte minutos, CDU seis minutos, e Presidentes de Junta independentes sete minutos. O Executivo Camarário terá quinze minutos para responder.-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Carlos Nobre**, que apresentou dois assuntos para esclarecimento total desta Assembleia; “o primeiro prende-se com a EN 342; devido à minha profissão tenho oportunidade de ouvir várias opiniões e estamos numa altura em que eu e a maior parte das pessoas deverá partilhar da mesma opinião, talvez não seja o termo mais apropriado, mas estamos a “marimbar-nos” se o Governo que irá executar a obra é o Governo A, B, ou C; chegamos a uma altura em que o que mais importa é ter a obra realizada, são centenas de pessoas que diariamente utilizam a estrada para vir ganhar o seu ganha-pão a Arganil todos os dias, são as principais beneficiadas mas penso que é um assunto que preocupa todos os arganilenses e acho que, de uma vez por todas, deveríamos saber o ponto da situação da mesma.-----

-----Em segundo lugar, e quatro meses após o incêndio de 15 de Outubro, era importante todos sabermos o que foi feito, o que está feito e o que irá ser feito nos próximos tempos.”-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **Miguel Pinheiro** referindo que “tenho aqui um conjunto de questões que gostava de colocar ao executivo; antes, porém, queria dar conta, por ser o representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que estive presente na



## Assembleia Municipal

reunião no passado dia 14 de Fevereiro - não sei se há um procedimento específico para estas questões, mas o que propunha fazer era reencaminhar a documentação que me foi enviada para o Senhor Presidente e para as bancadas do PSD e da CDU e depois fazerem a redistribuição dessa mesma documentação, para poderem fazer a vossa própria análise do que foi tratado. Basicamente, foi feito o balanço por parte do responsável do Gabinete Técnico Florestal das ocorrências trágicas de 2017, o balanço da execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2013/2017, que estará em vigor até Junho de 2018 e ainda foram falados outros aspectos, mais do ponto de vista operacional. Acho que é importante terem conhecimento, até no seguimento das ocorrências absolutamente fora do comum de Outubro passado, mas também para termos noção da taxa de execução do Plano Municipal, ao nível da execução das intervenções na rede viária, mas também da faixa de gestão de combustível, que a actualidade se encarrega de pôr na ordem do dia; se não fosse a actualidade a própria autoridade tributária já nos lembrou a todos que temos que fazer, é um assunto que voltará, certamente, aqui a este fórum na reunião de Abril; vamos ver o que é que vai acontecer até dia 15 de Março e depois logo se vê, é uma questão curiosa; também da taxa de execução ao nível dos pontos de água, que julgo uma questão importante porque era suposto termos feito seis novos pontos de água e não foram construídos nenhuns, julgo que é uma questão importante a rever e tentar perceber porque é que isso não ocorreu. Também muito importante, e julgo que o executivo municipal pode dar-nos algumas pistas, é em sede de revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que tem que estar aprovado a meio do ano de 2018, se irá incorporar já uma estratégia municipal para a floresta, se será aqui que irão ser formalizados os inputs que estão a decorrer no grupo de trabalho alargado com instituições fora do município, que estão a trabalhar no sentido de actualizar a intervenção na floresta, e a melhor forma de o fazer e gostávamos de saber se vai ser em sede do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios ou de um outro documento que possa estabelecer uma nova estratégia municipal para a floresta. Ficamos a aguardar essa questão até porque as consequências práticas de 70% do município ter sido percorrido por um incêndio não se esgotam na parte da floresta até há uma questão bastante importante que é a actualização da Planta de Condicionantes do Plano Director Municipal, dada a condicionante forte à edificabilidade em territórios em áreas percorridas por incêndios florestais, a dez anos; essa é uma questão que deve ser estudada pelo Município e trazida aqui e à reunião de Câmara, para percebermos que consequências práticas vai ter para os municípios nos próximos dez anos a fatalidade que aconteceu em Outubro.-----

-----Outra questão que queria abordar tem a ver com a suspensão das obras na vila de Arganil; está a chegar ao fim o período de suspensão dos 60 dias e gostávamos de saber, faltando um mês para o final do período, se o gabinete externo que foi referido na anterior reunião da Assembleia Municipal, do arquitecto Monteiro, está já a trabalhar no assunto, se já temos alguma ideia do que é que significa reavaliar o



## Assembleia Municipal

processo, se vai haver uma reformulação física ou uma reformulação meramente financeira do projecto, que consequências práticas é que isso terá na candidatura aos fundos comunitários, se irá haver um novo concurso e, sobretudo, questões mais práticas e que têm mais a ver com a vida dos munícipes, se e quando, é que as obras vão ser retomadas. Já agora também gostávamos de saber se vai haver algum tipo de reparação da parte executada que apresenta já alguns aspectos deficitários.--  
-----Por fim, gostava ainda de tentar perceber qual é que é a visão do executivo municipal em relação a uma notícia que saiu na imprensa, de um concurso internacional que está a decorrer com o patrocínio do município de Fafe, para a instalação do Museu do Automóvel e do Rali de Portugal. É apresentado como um concurso de ideias, e cito, “na catedral do Rali – Fafe”; acho que isto tem alguma relevância para nós, tem alguma relevância para a estratégia municipal que vem já do anterior executivo; gostávamos de saber em que estado está o processo, que valores e que investimento é que o Município de Arganil já fez na implantação do Museu Internacional do Rali, na Cerâmica Arganilense, que relevância e que validade é que têm hoje em dia os estudos de viabilidade económica elaborados, tendo em conta que poderá estar a ser – e o termo aqui é literal – ultrapassado por outras eventuais demarches de outros municípios, que repercussão é que pode ter este tipo de ocorrências e de ultrapassagens na formalização material do conceito noutra local, e, abandonado que foi o plano A, com espaços comerciais na Cerâmica, para o plano B, de Museu Internacional do Rali, se ele acontecer noutra sítio, se o Município tem já um plano C para a Cerâmica Arganilense.”-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **Manuel Augusto Rodrigues** referindo que “a notícia que saiu no jornal *A Comarca de Arganil* desta semana, diz que o executivo tinha enviado para o jornal uma nota de imprensa segundo o qual iriam finalmente iniciar-se as obras da EN 342, entre Arganil e Côja. Processo estagnado – e é notícia que vem no jornal *A Comarca de Arganil* – desde Agosto de 2017. Ora, e contrariamente àquilo que o Senhor Deputado Carlos Nobre acabou de afirmar, não tem a ver com quem é que faz a obra e quem é que deixa de fazer, o termo que ele utilizou acho que não é digno desta Assembleia; este prazo não é nada comparado com aquilo que foi feito há 3 anos atrás, com o anúncio de um ministro do Governo de Pedro Passos Coelho, que veio a Arganil antes das eleições para a Assembleia, e que disse que as obras iriam arrancar muito em breve. Ora, o concurso para estas obras, saiu em diário da república, se não estou enganado, em Junho ou Julho de 2017. Aliás, há 4 anos numa reunião da Câmara aberta ao público, em que estive presente a fazer uma reclamação sobre o abastecimento de água no local onde resido, o Senhor Presidente na altura, engenheiro Ricardo Pereira Alves, disse que iria ser aberto concurso público rapidamente para o abastecimento de água à vila de Arganil, bem como noutras localidades; efectivamente já passaram 4 anos e não sei se as obras já começaram; parece que sim, mas também parece que não.”-----



Assembleia Municipal

-----Ainda em relação àquilo que o deputado Carlos Nobre referiu, queria dizer que as grandes obras de acessibilidade para o concelho de Arganil, foram feitas sempre por Governos do Partido Socialista; o IC6, o início, a complementaridade, e parece que a segunda complementaridade também irá ser feita num executivo do Partido Socialista. O Centro de Saúde de Arganil, o Centro de Saúde de Côja, a EB 2,3 de Arganil; tudo isto foi feito com Governos do Partido Socialista, não me parece que, tendo havido Governos do PSD, e com autarquia em gestão PSD, tivesse havido grande benefício para o município de Arganil.”-----

-----Teve a palavra a Senhora Deputada Municipal **Elisabete Oliveira** para abordar “uma questão que acho importante sublinhar, um Protocolo que foi recentemente assinado entre o Município de Arganil e a Associação Dignidade, através do Programa ABEM, que se traduz numa rede solidária de medicamento. Através deste protocolo será possível que, pessoas que vivem numa situação de crise económica, quer numa situação de mais longo prazo, quer numa situação de desemprego, ou de uma doença incapacitante, possam ter acesso aos medicamentos que naturalmente são prescritos pelo seu médico e comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde. Este protocolo parece-me importante em duas questões que acho relevante sublinhar: por um lado, porque cria uma resposta que permite a inclusão social de pessoas que estão numa situação de dupla fragilidade e que, desta forma, têm acesso a um bem que lhes é essencial e por outro lado, porque revela a importância de criar cada vez mais respostas inovadoras e também respostas assentes no trabalho de colaboração e parceria. Acho essencial que o Município assuma esta postura de procurar respostas que existam e que possam ser úteis para os municípios. Quero explicar também e é importante dizer que esta informação já foi dada a todos os parceiros da rede social e do núcleo local de inserção, que desta forma, podem encaminhar todas as pessoas que tenham condições para integrar este programa e assim ter um acesso gratuito a medicamentos de que necessitem; acho importante sublinhar medidas que muitas vezes são discretas, aparentemente pequeninas, mas que se revelam de uma importância muito grande para aquelas pessoas que podem aceder a elas.”-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **Nuno Espinal** referindo que “fui sensibilizado, apesar de já ter alguma consciência da situação, por representantes e dirigentes de filarmónicas de algumas bandas do concelho, sobre a situação financeira que estas filarmónicas estão a atravessar, inclusivamente um dirigente da Filarmónica Flor do Alva, deixou-me, só para elucidar melhor esta Assembleia, documento das despesas e das receitas para perceberem a dificuldade que esta e as outras filarmónicas, de Pomares e do Barril de Alva, atravessam, porque são as filarmónicas de localidades mais pequenas e que estão a atravessar graves problemas financeiros. A Filarmónica Flor do Alva, por exemplo, paga anualmente ao maestro, 6.600,00€, electricidade 480,00€, paga gasóleo, água, seguro e inspeções



## Assembleia Municipal

das carrinhas, seguros dos músicos, pneus, oficina, imposto de circulação das carrinhas nas Finanças, arranjo de instrumentos musicais, tinteiros para impressoras, gratificações para os executantes, fardamentos; pagou um total de 17.273,21€. Receitas: das festas, 7.000,00€; da Câmara Municipal 2.000,00€; da Junta de Freguesia 1.000,00€ e cotas, cerca de 350,00€, num total de receita de 10.350,00€. Há um saldo negativo de cerca de 7 mil euros. Estas filarmónicas não vão conseguir suportar futuramente estas despesas, pelo que me pediram para falar neste assunto; com certeza que a Câmara, está ali a Dr.<sup>a</sup> Paula Dinis como Vereadora da Cultura, talvez disponha de uma verba que possa vir saldar este saldo negativo. Mas tem que se arranjar uma solução porque o grande problema que hoje se passa a nível das filarmónicas, é que antes, nas festas, tinham receita suficiente para que o saldo ao fim do ano fosse positivo e hoje não acontece isso porque geralmente são contratadas para fazer só meio-dia, ou seja, as procissões; pagam-lhes cerca de 400 ou 500,00€, muitas vezes têm que suportar a refeição dos executantes e acabam por não ter possibilidade de saldar positivamente as despesas que durante o ano são obrigadas a fazer. Por isso peço que o executivo fique sensibilizado; elas próprias estas filarmónicas vão pedir uma reunião com o executivo da Câmara para porem a questão, para ver a melhor solução para que isto seja invertido, senão vamos perder um dos elementos que mais identidade tem a ver com a própria cultura das nossas terras e da nossa região.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Christophe Coimbra** dizendo que “quero começar esta minha intervenção por felicitar o Senhor Presidente da Câmara e o seu executivo, pela notícia recente que dá conta de um investimento que será levado a cabo na construção da nova captação de água do sub-sistema da Alagoa – Feijoal, na reabilitação da captação existente e na construção de um edifício de exploração, num investimento que somado ao que está já adjudicado, para a construção da estação de tratamento, ascende a quatro milhões de euros. Enquanto S. Martinhense conheço bem os problemas gerados pelo fornecimento de água sem a qualidade necessária para ser utilizada por toda a população, sem reservas. A resolução deste problema era há muito aguardada por muitos munícipes, em particular pelos que estavam a ser fornecidos pela obsoleta captação do Feijoal. Tratando-se de um bem de primeira necessidade e quando passamos por uma fase de seca como há muito não há memória, é imperial que se faça chegar às torneiras de toda a população água com aptidão total para ser consumida, sem reservas nem desperdícios. Espero que desta forma se crie uma solução definitiva para um problema que todos sabíamos existir, mas que obrigava a um forte investimento. Espero também que as empreitadas que estão previstas realizar no Alqueve, em Pomares e em Vila Cova de Alva, se efectivem, para que o concelho possa finalmente colocar água de qualidade à disposição de todos. Assim, Senhor Presidente da Câmara, alio à felicitação que fiz anteriormente, o pedido para que não desarme, junto das autoridades competentes, a fim de que tão breve quanto





Assembleia Municipal

possível, o resultado que chegue por fim a todos os arganilenses seja algo absolutamente bom.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Miguel Teixeira** que disse que “o assunto que trago é um pedido de esclarecimento no âmbito do seguimento de um protesto na Escola Secundária de Arganil, quanto às más condições da escola, nomeadamente frio, humidade, num protesto levado a cabo pelos próprios estudantes, e que depois ganhou atenção mediática e até algum apoio dos pais e da Direção, que quis ficar do lado certo da história; em que ponto se encontrava a concertação prevista e planeada naquela triangulação entre a Câmara, a direção da escola e o Governo, neste caso concreto, após os diálogos tidos com o Ministério; em que ponto é que se encontra tudo isso e até que ponto é que vão ser conseguidos fundos, quais fundos, e investidos em concreto em que aspectos nas instalações da escola secundária, para melhorar as condições dos alunos e dar-lhes uma qualidade de vida e condições de estudo dignas e compatíveis com as exigências do ano em que estamos.”-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **Luis Gomes** referindo que “a minha intervenção é sobre a comunicação social; sinto uma certa preocupação pelo que se tem passado, de há uns tempos a esta parte, com um jornal centenário, *A Comarca – dita - de Arganil*, em que as notícias publicadas, de alguma maneira, não são consentâneas com o histórico desse mesmo jornal centenário. Há uma tendência para camuflar a verdade do que acontece neste concelho e para tentar minimizar tudo aquilo que é ação municipal, não só no mandato anterior, mas também já neste mandato. No mandato anterior sabemos a guerrilha institucional que este jornal alimentou entre a Santa Casa da Misericórdia de Arganil e o Executivo Municipal, particularmente visando o seu presidente, agora presidente da Assembleia Municipal. Isto não é próprio de um jornal que deve ser independente, que deve ter um conselho redactorial que saiba definir de forma concreta essa isenção e parece-me que esse conselho redactorial ou não existe ou então são os seus colaboradores mais directos que definem aquilo que o jornal deve noticiar. Isto vem a propósito de notícias recentes, isto já para não falar na campanha antes das eleições autárquicas em que, manifestamente, o jornal se pôs à disposição total do Partido Socialista, não sei com que intenções, mas basta ler as notícias que estão plasmadas ao longo de muitos números, em plena campanha eleitoral, e antes da campanha eleitoral, mas se tinha como objectivo que o Partido Socialista ganhasse as eleições autárquicas, as contas saíram-lhe erradas porque não conseguiu ganhar as mesmas, apesar desse apoio. Mesmo agora nas eleições internas para o PSD, o próprio jornal quis fazer notícia, quis fazer divisão entre o Partido Social Democrata, coisa que não existiu; não sei se não haverá notícias mais importantes para publicitar que não seja esta tentativa de achincalhar as pessoas que militam no PSD e que, de alguma maneira, dão o seu melhor por este concelho e pelas convicções políticas



## Assembleia Municipal

que os norteiam, neste caso orientação política do PSD. Mas vem a propósito e não posso deixar de referir isto, num dos últimos editoriais, onde na primeira página a notícia é esta: Câmara celebra protocolo para cobrança de dívidas; vem a fotografia do serviço de Finanças de Arganil e esta notícia, qual é a intencionalidade desta notícia? A intencionalidade desta notícia é não dar relevância àquilo que tem relevância, porque isto não é mais nada do que minimizar, pôr em causa a ação do executivo. Porque é que na primeira página não vem a notícia que ainda agora foi afluída pelo deputado Manuel Augusto, acerca da EN 342? Essa notícia não seria mais importante do que este título que aparece? Uma vez que na página 3 se fala do desbloqueamento, pelo menos é esse o compromisso que foi assumido pela Infra-estruturas de Portugal, que a obra terá início até final deste primeiro trimestre e que terá que estar executada 180 dias depois, essa devia ser a grande notícia para Arganil e para o concelho e não o é; o que é importante para este jornal, é dizer que a Câmara celebra protocolo para cobrança de dívidas, como se fosse algo de relevante, ou como se a Câmara tivesse um montão de dívidas para cobrar; isto é que é importante para os leitores, isto é que é importante para Arganil! Completamente errado, completamente invertida aquilo que devia ser a posição de um jornal independente e isento; não o é. Repito, não sei se há conselho redactorial, se há um director responsável ou de que forma é que funciona a publicação deste jornal. Também não sei se há contas deste jornal, se é uma fundação, se é uma associação, porque nunca houve publicamente o anúncio dessas contas, ao longo da sua regeneração como fundação. Que é que se passa nesta instituição? Esta é uma instituição que não pode ser posta em causa apenas porque estão duas ou três pessoas, alguns escrevinhadores, que pouco ou nada conhecem do concelho, mas que tentam afirmar-se através deste jornal. É mau! É mau para Arganil, é mau para o concelho e é mau, sobretudo, para os arganilenses. Os arganilenses que como eu aqui nascemos, os que vieram de fora também são arganilenses por adopção, mas toca-me mais a mim, como arganilense aqui nascido, que este jornal tenha degenerado e esteja a seguir um caminho que não deve ser o de um jornal regionalista. Eu até sugeria que em vez de se chamar *A Comarca de Arganil* se chamasse apenas *A Comarca* e já era vago, já tinha uma abrangência geográfica muito maior. Estas notícias são tendenciosas e repare-se numa das últimas: eu não estou a inventar nada, isto são realidades: e vejam aqui a tendência do jornal: em relação a Arganil o jornal diz assim: vida política – Arlindo Cunha eleito para o conselho nacional do PSD e não noticia Ricardo Pereira Alves eleito para o conselho nacional do PSD. Porquê? Teve desconhecimento ou vinha em letras miudinhas e o autor da notícia não conseguiu ler? É preocupante esta situação; e porque é que trago isto aqui? Porque o que está em causa é o concelho de Arganil. É um órgão eleito democraticamente, que é a Câmara Municipal, ao fim ao cabo está em causa o prestígio de todos nós, porque somos os representantes deste concelho nesta Assembleia e na Câmara Municipal e temos a obrigação de defender os interesses da nossa terra, do nosso território.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **António João Lopes** para “apresentar o meu protesto por em Côja ter sido dado o nome a uma rua de um antigo ministro de Salazar, que durante o seu mandato teve responsabilidades gravíssimas na morte do arquitecto Dias Coelho, do General Humberto Delgado e da sua secretária.-----

-----Um outro assunto para referir que foram constituídos arguidos em processos em andamento, os presidentes das Câmaras de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, e Pedrógão Grande, em função dos incêndios de Junho; é evidente que isto denota que o poder judicial começa a estar desperto para a legislação que existe e que não é cumprida por quem ocupa lugares de responsabilidade, em função de eleições. Espero que estes processos sejam devidamente estudados porque todos nós, os que ocupamos lugares nesta Assembleia Municipal, temos responsabilidades perante a lei; eu, durante 4 anos que andei a dizer nesta Assembleia que havia excesso de combustível e que era necessário desenvolver actividades para evitar os incêndios e ninguém ouviu, ou pelo menos permitimos que metade ou mais de metade do concelho tivesse sido destruído. Espero que todos, executivo da Câmara e elementos da Assembleia Municipal, tenham isso em conta.-----

-----Outro assunto, há dois meses propus que o estacionamento para viaturas de pessoas deficientes fosse feito de acordo com a legislação que existe e, até agora, não conheço que tenha sido alterado. Gostaria de saber em que situação está.-----

-----Ainda relativamente à situação em que se encontra o jornal *A Comarca de Arganil* na internet, ou seja, em formato digital, da qual há várias pessoas que gostariam de obter informação nos jornais que já foram feitos há anos atrás. O Senhor Presidente disse-me que em meados de Janeiro seria possível voltar a ter acesso, e já estamos quase no fim de Fevereiro e a informação que tenho é que ainda não há possibilidade de controlo.-----

-----Outro aspecto que gostaria de abordar tem a ver com S: Martinho da Cortiça; foi dito aqui na Assembleia, nos 4 anos anteriores, que havia um grupo de pessoas que faziam controlo da floresta na freguesia de S. Martinho da Cortiça; gostaria de saber se, após o incêndio, se houve alguns resultados, como é que isso foi analisado, pois temos de adequar as nossas propostas de acordo com o resultado que se obtém em função das propostas anteriores.-----

-----Chegaram-me também informações de que a captação de água para Folques tem algumas dificuldades; gostava de saber se isto é um assunto que está em estudo ou se a situação está demorada.-----

-----Relativamente a Côja, tive conhecimento que a elevação dos esgotos que é feita por uma estrutura que atravessa o rio, voltou a ter problemas, despejando para o rio esgotos. É necessário que seja estudado, eu propus uma solução que os esgotos em vez de serem elevados como estão, passem pela ponte, para que chegue à estação de tratamento por gravidade.”-----



Assembleia Municipal

-----Foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal **Fernanda Pacheco** que referiu que “sendo interesse do município, a minha intervenção prende-se com as Piscinas Municipais; começo por congratular a equipa de competição da Escola Municipal de Natação de Arganil, que no passado dia 17 de Fevereiro, participou na 4ª concentração do circuito municipal de escolas de natação, em Penalva do Castelo, onde participaram 20 escolas, ou clubes de natação e a nossa equipa obteve o segundo lugar. Claro que isto evidencia a qualidade do empenho da mesma, bem como todo o trabalho desenvolvido nas nossas piscinas municipais.-----

-----Congratulo igualmente a equipa de natação do Desporto Escolar do Agrupamento de Escolas de Arganil, que, usufruindo das piscinas municipais, participou no dia 31 de Janeiro no primeiro torneio de natação e competiu com as equipas dos agrupamentos de escolas de Tábua e Oliveira do Hospital. Salientar que todos os nadadores, os nossos e não só, apresentaram um bom nível de empenho. Para além destas equipas que referi existem outras, sendo várias as iniciativas realizadas nas piscinas e pelos responsáveis, pelo que destaco ainda o 5º torneio de natação de Arganil, que irá assinalar o 5º aniversário das piscinas de Arganil e decorrerá no próximo dia 18, pelas 10 horas, contando com a participação de 7 escolas e clubes de natação.-----

-----Tendo em conta o trabalho desenvolvido, com o objectivo de potenciar a melhoria contínua da qualidade pedagógica, didáctica e de gestão da escola de natação, de forma a manter e a aumentar a satisfação dos alunos que nela participam, o município de Arganil, através da escola municipal de natação, entrou num processo de certificação de qualidade há um ano, tendo sido atribuída na semana passada, no dia 20, a certificação de qualidade nível 1, pela federação Portuguesa de Natação à Escola Municipal de Natação de Arganil, o que é muito bom e que nos deve orgulhar enquanto arganilenses.-----

-----Apesar das várias críticas apontadas aquando da reabilitação da Cerâmica e da construção das Piscinas, o facto de Arganil ser dotada de uma infra-estrutura com estas características, possibilitou a muitos dos nossos jovens e não só, praticar a modalidade de natação e participar nas iniciativas que supra citei, que muito honram e dignificam o nosso concelho.”-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **André Vicente** para abordar um tema “que considero extremamente importante pelo impacto negativo que tem na sociedade, e que se prende com as alterações climáticas. As alterações climáticas sempre existiram. No entanto, no último século, o ritmo tem sofrido uma forte aceleração, o que é motivo de preocupação. Os alertas dos cientistas são mais que evidentes; 25 anos depois do primeiro alerta que foi assinado por 1700 cientistas, num artigo científico, cerca de 15 mil cientistas de 184 países, entre os quais mais de 200 portugueses, publicaram um artigo na revista *BioScience*, com dados preocupantes e mais avisos para a humanidade. Em Portugal as consequências são já perceptíveis, destacando-se a redução da precipitação anual, o que contribui para



## Assembleia Municipal

o fenómeno da seca e um padrão de chuva diferente, em que, quando realmente chove, chove muito e durante pouco tempo, o que causa entre muitos outros efeitos, as cheias. Urge, por isso, contrariar esta tendência, promovendo a adaptação, sobretudo antecipatória, às alterações climáticas. O poder local pode e deve assumir-se como impulsionador dessa mudança, em articulação com as entidades locais e intermunicipais, ambientais, sociais, económicas e educativas. A aposta na sensibilização, na transição energética e na racionalização dos recursos são alguns exemplos de áreas de intervenção. Em 2015 iniciou-se o projecto *ClimAdapt.Local*, que teve como objectivo iniciar em Portugal um processo contínuo de elaboração de estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas (as EMAAC) e a sua integração nas ferramentas de planeamento municipal. Pretendeu-se alcançar este objectivo pela capacitação do corpo técnico municipal, pela consciencialização dos actores locais e pelo desenvolvimento de ferramentas e produtos que facilitassem a elaboração e a implementação dessas EMAAC nos 26 municípios participantes no projecto e, no futuro, nos demais municípios portugueses. No dia 28 de Setembro de 2017, o município de Arganil foi galardoado, pela primeira vez em que participou, com a bandeira verde ECOXXI, afirmando-se como um município sustentável obtendo um índice entre 50 e 60%. Os resultados são animadores. No entanto, como alguém dizia “Quem não sente a ânsia de ser mais, não chegará a ser nada”. É importante continuar a trabalhar com empenho e dedicação para obter resultados ainda mais positivos e é por isso que proponho que o Executivo inicie o processo de elaboração de uma EMAAC, reconhecendo naturalmente que existem prioridades e que a resposta à tragédia que se abateu sobre o nosso concelho continua a ser uma delas.”

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **João Figueira** para “parabenizar a Câmara pela disponibilização de um Plano Municipal para a integração dos estrangeiros no nosso município, o que muito me agrada registar; passa a haver um instrumento que sirva de referência para se poderem desenvolver ações no nosso território, de forma a integrá-los plenamente; agrada-me sobremaneira por uma razão simples: sendo nós um dos concelhos afectados pela quebra populacional, nós e toda a zona do Pinhal Interior, é com muito agrado que registo que o nosso concelho, e em particular a minha freguesia, é uma daquelas em que a população mais tem crescido à custa dos estrangeiros. Há mais de 20 anos, fui vizinho do primeiro estrangeiro que veio para lá, o senhor morreu há poucos anos, no caso concreto para Vinhó, lembro-me que a casa dele não tinha água nem luz, usava um petromax e ia buscar a água a uma mina. Apraz-me registar que no Plano Director que se anuncia para pôr em prática para os acolher, queria registar uma coisa por antecipação: esses estrangeiros, mesmo com essa falta de condições, nos últimos 20, 30 anos, se instalaram cá; apesar de todas as estradas estragadas, as pessoas não deixaram de vir para cá. Benfeita que é uma das freguesias que mais estrangeiros tem, como Vila Cova de Alva e Anseriz não eram propriamente



## Assembleia Municipal

conhecidas por terem as melhores estradas ou as melhores acessibilidades, ou o melhor centro de saúde, ou escolas, no entanto eles instalaram-se cá; isso dá-nos uma pista sobre os novos beirões que eles também são; na verdade, estes são os novos arganilenses, os arganilenses que cá nasceram, como eu, muitos de nós fomos obrigados a ir embora por todas as razões que todos conhecem, curiosamente os estrangeiros que nos procuram, fazem-no por muitas outras razões, apesar de todas essas dificuldades. Registo com muito agrado a existência de centenas de estrangeiros e este Plano devia ser direcionado para duas coisas, uma para perceber o que os atrai para este território, se calhar não são os indicadores de desenvolvimento que nós entendemos, o centro de saúde, a estrada arranjada, se calhar não foi por isso que eles vieram para cá; a maior parte dos estrangeiros que existem na União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz garantidamente não vieram pelos acessos, pois a maior parte deles tinham estrada de terra batida e viviam isolados, espalhados pelo território, mas isto também nos pode dar uma pista para as questões das alterações climáticas que foram agora referidas; esta é uma outra forma de ocupar o território. Se os que cá viviam antigamente e eu ainda me recordo, já tenho idade suficiente para me lembrar que havia muita gente espalhada pelo território, a verdade que quem agora ocupa o território são esses estrangeiros, que vão para sítios onde nós não queríamos viver. Em Vinhó na maior parte das zonas onde vivem estrangeiros não vivia lá ninguém e eles construíram casas de raiz; claro que isto levanta outro tipo de problemas na ocupação do território, mas é uma oportunidade de combater a desertificação do território e permitir que ele seja também defendido, porque se eles fazem lá uma casa, querem protegê-la; se calhar limpam a floresta, estimulam a economia local; se calhar precisamos disso tudo. Em paralelo com isto, é importante perceber as razões que os levaram a fixar-se cá, a nossa natureza, o xisto que se vê por todo o lado, que eu gosto muito de celebrar, há décadas que vivo fascinado com a presença do xisto, se calhar foi isso, na verdade é isto que nos distingue do resto dos destinos. Mas para sermos um destino atractivo, se calhar é isso, então valorizemos isso; sei que a bancada do Partido Socialista está sensível para isto, porque tive oportunidade de assistir à presença de membros e de vereadores às sessões de esclarecimento à comunidade estrangeira com essa predisposição para os acolher, para os receber, para perceber as dificuldades que eles encontram. Permito-me acrescentar que a nossa possibilidade é não só compreender, valorizar, apoiar e perceber que tipo de dificuldades é que a comunidade estrangeira enfrenta no nosso território, mas isso servir de catapulta para atrair mais, para virem mais para cá; que eles sejam os futuros embaixadores que tragam para cá mais estrangeiros. Esses são os novos arganilenses, são os novos serranos, aqueles que nós éramos lá atrás. Em conclusão gostava de assinalar a existência de um Plano Municipal para o acolhimento e integração dos estrangeiros e tenho a certeza que porventura não haverá ninguém nesta Assembleia, quer da bancada da maioria, quer da bancada da oposição, que não seja sensível a isto. Espero então, dessa disponibilidade, não só da autarquia mas



Assembleia Municipal

também da Assembleia Municipal e dos executivos da freguesia, essa disponibilidade para os acolher mesmo, mas não os ver como estrangeiros integrados, vê-los como os novos serranos, novos concidadãos, os nossos vizinhos; o meu vizinho era inglês, não é um estrangeiro que ali mora, é o Paul, que tem mulher e filhos. Permitam-me acentuar uma particularidade: acho que o maior desafio, a maior necessidade para enfrentar esta questão é a barreira linguística; se tivermos que optar entre a preocupação que devemos dar à comunidade estrangeira que nos procura e que vive connosco, é o domínio da língua. A minha vizinha está cá quase há 30 anos e continua a falar pessimamente o português, não percebe nada do que eu digo, tenho que falar em inglês com ela, ao fim de 30 anos. Esta continua a ser a maior barreira para a integração. Se tivermos que nos focar numa questão então é a questão da língua; ensiná-los a falar português para eles falarem connosco. Este é o principal meio para a sua integração e esse deve ser o maior objectivo, olhar para eles não como estrangeiros mas como os novos arganilenses; são concidadãos como nós, são vizinhos, são os nossos vizinhos, são cidadãos arganilenses.”-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **António Cardoso** referindo que “dois assuntos que queria abordar já foram abordados e prescindindo de o fazer, no entanto, houve aqui algumas afirmações que obrigam-me a voltar a alguns assuntos; um é em relação à *Comarca de Arganil*; tudo aquilo que foi dito pelo deputado Luis Gomes subscrevo; por sentir que a orientação que estava a ser dada na Comarca de Arganil, praticamente punha de lado o concelho, mas era mais importante para eles, se calhar têm lá mais assinantes, Tábua, Oliveira do Hospital e outros territórios, porque sentia que era enganado na leitura daquilo que se passava no meu concelho, mandei uma carta para a direção da Comarca, dando conta de que prescindia da sua assinatura enquanto continuasse este tipo de tendência que se verificava.-----

-----Outro assunto é ligado à E.N. 342 que foi abordado pelo deputado Carlos Nobre e eu queria reforçar que seja feito um ponto de situação sobre a EN 342 para sabermos o que se está a passar concretamente, porque na verdade o que interessa a todos nós é que as coisas sejam feitas; esse é o interesse do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, de todos nós. Por isso reforço o pedido feito pelo deputado Carlos Nobre. Também em função deste pedido que foi feito, o senhor deputado Manuel Augusto Rodrigues veio logo em defesa do Governo dizendo que o prazo era diminuto, tendo em atenção o prazo anterior que foi colocado pelo então governante Póiares Maduro; Senhor Deputado, comparando esses prazos com os prazos que foram ditos aqui pelo Secretário de Estado Paulo Campos, aqui nesta mesma sala, com pompa e circunstância, que as obras iam começar, nada tem a ver uma coisa com a outra. Penso que nos interessa que seja feito um ponto da situação e que nos digam concretamente o que se passa, porque de ultrapassagem dos prazos, a não concretização daquilo que se diz, estamos nós cheios.”-----



Assembleia Municipal

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que “o Partido Social Democrata esgotou o seu tempo neste periodo Antes da Ordem do Dia, o Partido Socialista ainda dispõe de 4 minutos e 3 segundos, a CDU dispõe de 1 minuto e os Independentes dispõem de 7 minutos.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que começou “pela questão apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Nobre, relativamente à E.N. 342; aquilo que posso e devo dizer é que no início do ano, em Janeiro, por minha solicitação, reuni na administração da Infra-estruturas de Portugal, e aquilo que pude perceber nessa reunião, foi que no final de Agosto tinha havido lugar à abertura das propostas apresentadas no âmbito desta empreitada, empreitada de requalificação da E.N. 342, entre Arganil e Côja, apenas este troço, e que à data dessa reunião, nada mais tinha acontecido relativamente à análise dessas propostas. O que me foi garantido e que foi entretanto confirmado por escrito, foi que a adjudicação desta empreitada deste troço entre Arganil e Côja seria concretizada no primeiro trimestre de 2018 e que se trata de uma intervenção para ter uma duração de 180 dias, com a obrigatoriedade de estar concretizada na sua totalidade no ano de 2018, sem poder haver transição para 2019. É a informação que posso dar relativamente a esta empreitada que, como sabem, é uma responsabilidade da Infra-estruturas de Portugal. Relativamente ao troço entre Côja e Avô, já no concelho de Oliveira do Hospital, que tem já algumas zonas em muito mau estado, alertei para esse problema, sublinhando e documentando a gravidade do problema que temos naquele troço, particularmente nalgumas zonas em que alguns muros estão já a demonstrar sinais evidentes de que vão entrar em colapso e aquilo de que fui informado foi que relativamente a este troço a Infra-estruturas de Portugal não tinha condições para assumir qualquer responsabilidade, do ponto de vista da concretização, mas que em 2019 submeteria a empreitada do troço entre Côja e Avô à contratação pública.”-----

-----Relativamente à questão relacionada com as iniciativas, com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito do pós incêndio, algumas dessas iniciativas têm sido publicamente noticiadas mas ainda assim tentarei fazer uma síntese das que entendemos como marcantes, nomeadamente aquelas que têm a ver com a solidariedade abraçada ao espírito do Natal, com alguns eventos solidários que aconteceram pelo concelho, direcionados para algumas famílias carenciadas. Também ainda em Dezembro do ano passado, aquilo que teve a ver com um problema que todos nós, particularmente as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal têm vindo a sublinhar e a assinalar com particular veemência, refiro-me às consequências dos incêndios nas comunicações, porque como a generalidade de vós saberá, é certo que toda esta vasta região se confrontou com um violentíssimo incêndio e esse incêndio destruiu milhares de quilómetros de cabos de telefone, de electricidade, queimou milhares de postes telefónicos e teve como consequência que muitos dos nossos concidadãos tivessem ficado sem comunicações, alguns dos





## Assembleia Municipal

quais ainda estão hoje sem elas. A nossa preocupação nesta matéria desde a primeira hora foi perceber que havia algumas aldeias que nunca tinham tido rede móvel antes do incêndio e também não a tinham depois do incêndio e estavam também sem rede fixa, totalmente isoladas. Temos ainda nessa circunstância um universo de aldeias que poderão não representar um nível populacional muito elevado mas ainda são cerca de 10 aldeias que não têm qualquer tipo de comunicação. E aquilo que ontem aconteceu noutra zona do país, foi uma eventualidade relativamente à qual eu próprio também alertei a administração da Altice, porque não sendo fácil implementar uma solução imediata, definitiva, teria sido possível implementarem uma solução temporária, imediata, nomeadamente a localização de alguns telefones de satélite nessas aldeias que estão ainda hoje completamente isoladas. Isto foi uma sensibilização que foi tida em conjunto com a equipa da Altice, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal. Já no início de Janeiro, um agregado populacional com casa destruída nos incêndios foi a primeira família a receber apoio naquilo que tem a ver com os apoios do Estado para a recuperação de casas afectadas pelos incêndios. Ainda na primeira quinzena é feito um alerta muito veemente por parte da Câmara relativamente à inexistência de apoios para a estabilização de taludes, que nas nossas estradas de montanha assumem uma preocupação muito grande e começámos também, na senda daquilo que tinha sido o nosso compromisso, a preparar o modelo de reflorestação para o nosso concelho que tenha em consideração a floresta como um todo. No dia 22 de Janeiro tive oportunidade de acompanhar um grupo de deputados do PS pelas zonas ardidas do concelho, havia a pretensão, que foi concretizada, de visitarem uma empresa destruída pelos incêndios e tivemos oportunidade de estar na serração de Pomares. Começámos também, ainda em Janeiro, a desenvolver uma campanha relacionada com a limpeza da vegetação nos perímetros dos aglomerados populacionais e das edificações. Também como marco histórico vale a pena assinalar que no dia 31 de Janeiro foi o prazo limite para apresentação das candidaturas no âmbito do apoio para a reconstrução das casas ardidas e nesse momento, as candidaturas que foram submetidas, cifravam-se em 87, porque do levantamento inicial se constatou que havia algumas situações que, por questões documentais, não foi possível enquadrar no programa. No dia 8 de Fevereiro tiveram início as sessões de esclarecimento direccionadas para as florestas, com algumas intervenções no terreno, que foram acontecendo ainda ao longo do mês de Fevereiro, quer ao nível das ações concretas no terreno, como também ao nível destas sessões de esclarecimento, que tiveram início em Arganil, que estiveram já também em Pombeiro da Beira e em Cerdeira. Neste fim-de-semana, com particular incidência numa ação simbólica que ontem a Câmara Municipal de Lisboa entendeu trazer a Arganil, sensibilizando para a importância da reflorestação com espécies autóctones, teve lugar em Pomares ontem e terá hoje continuação, com uma ação desenvolvida pelo Banquinter. Também neste fim-de-semana está no terreno uma ação da Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental.



## Assembleia Municipal

Hoje à tarde teremos oportunidade de fazer a apresentação do Plano de Ação para o Ordenamento e Revalorização do Território; pretendemos que seja uma ação participada, que alerte para aquilo que são os aspectos críticos, mas não temos ilusões que para ser um processo bem sucedido carece do envolvimento de todos, particularmente dos privados. Esse é o grande desafio, conseguirmos mobilizar a população comum, os privados, detentores da pequena propriedade, para a importância do trabalho que deve ser feito ao nível da floresta.-----

-----Relativamente às questões abordadas pelo senhor deputado Miguel Pinheiro, no que concerne à revisão do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, como tive oportunidade de referir na reunião, o próprio Estado Central, o Governo, já deu indicações de que tem em elaboração um guião relativamente àquilo que são as componentes a considerar nestes planos municipais. Aguardamos com alguma expectativa que sejam emanadas essas regras. Ainda assim, volto àquilo que disse há pouco: acreditamos essencialmente no poder da sensibilização porque se ficarmos reféns de um modelo obrigatório, de um modelo institucional, que esteja assente em documentos orientadores ou documentos imperativos, dificilmente seremos bem sucedidos. Registo aquilo que é uma condicionante para a qual alertou e que se aplica não apenas em relação às novas construções mas também naquilo que tem a ver com a reflorestação. Aquilo que está determinado legalmente é que as áreas percorridas pelos incêndios não podem ser objecto de reflorestação ou de floresta com algumas espécies, particularmente com o eucalipto, e a este respeito devo dizer que temos vindo a alertar para aquilo que considero um retrocesso nesta matéria e que aconteceu nos idos de 2014 ou 2015, que foi a decisão central de retirar aos municípios o papel activo naquilo que tem a ver com os licenciamentos florestais. O que temos hoje e é bom que todos tenhamos noção disto, é um papel secundário ao nível das florestações ou reflorestações do território, em que tratando-se de parcelas inferiores a 2 hectares, os municípios nem sequer têm conhecimento se existem comunicações prévias ou não; nas intervenções de área superior a 2 hectares os municípios têm direito a emitir um parecer que não é vinculativo, e ainda há muito pouco tempo tivemos a oportunidade de verificar na freguesia de S. Martinho da Cortiça, as consequências deste tipo de ação, uma ação que foi licenciada pelo ICNF, relativamente à qual o município emitiu parecer desfavorável, e que teve depois as consequências que teve, ao nível inclusivamente da E.N.17, que esteve interrompida por via dos deslizamentos de solo que lá aconteceram.-----

-----Ao nível da Requalificação do Espaço Público, na última reunião de Câmara, terça-feira desta semana, foi aprovada a prorrogação da suspensão da empreitada até ao final de Março; o projecto ainda não está concluído, está a ser desenvolvido, mas também como já disse, pretendemos fazer a discussão das soluções que vierem a ser apresentadas pelos projectistas, de uma forma participativa. Questões mais formais como as relacionadas com as consequências, se é preciso uma nova empreitada ou não, se é possível salvar este concurso ou não, enquanto não estiver



Assembleia Municipal

concluído o projecto, não temos essa percepção, mas admito, com alguma probabilidade, que parte da empreitada não seja passível de execução, porque no caso de existirem alterações de materiais, que é apenas uma das hipóteses, a circunstância de termos que encontrar um procedimento para essas intervenções tem que ser considerada.-----

-----Relativamente ao concurso internacional, desencadeado pelo município de Fafe, temos duas situações diversas; por um lado, a iniciativa do Município de Fafe, em que tomámos já a iniciativa de oficializar a Câmara Municipal de Fafe, sublinhando e referindo que, sendo este projecto de Arganil um projecto suficientemente divulgado, com impacto mediático nacional, que não nos parece muito equilibrado que tenhamos repetição de projectos num país tão pequeno como o nosso, para situações tão específicas como é o caso do Rali. Relativamente ao projecto que foi desenvolvido, mandado fazer pelo município de Arganil, teremos entretanto oportunidade de falar acerca dele; pretendemos fazer a sua apresentação, mas reiterando o compromisso assumido há alguns anos, de não carregar o orçamento municipal com o esforço que resultaria deste investimento. Temos uma janela temporal que resolvemos fixar 31 de Dezembro de 2018, para encontrar meios financeiros para fazer este investimento, no caso de não sermos bem sucedidos teremos que passar para outro plano, mas neste momento ainda acreditamos nesta possibilidade.-----

-----Relativamente à questão abordada pelo senhor deputado Manuel Augusto Rodrigues, sobre a E.N. 342, não tenho mais nada a acrescentar.-----

-----Relativamente ao abastecimento de água a Arganil, trata-se das intervenções mais importantes nesta matéria, pelo menos desde a década de 50, do século passado, que vai fazer uma reformulação completa do nosso sistema de abastecimento, não só no sub-sistema principal da Alagoa, que abastece um conjunto de freguesias, mas que fará também a integração com o sistema do Feijoal, passando a dotar as populações actualmente servidas pelo do Feijoal com água de muito melhor qualidade. Trata-se de uma empreitada que terá início ainda no primeiro trimestre deste ano, em Março.-----

-----Registei o apontamento da Senhora Deputada Elisabete Oliveira.-----

-----Tomei nota da questão que foi suscitada pelo Senhor Deputado Nuno Espinal.---

-----Reforço, na sequência daquilo que acabei de dizer, a importância da intervenção do Senhor Deputado Christoph Coimbra, naquilo que tem a ver com a captação. A empreitada que vai ter início agora em Março refere-se à estação de tratamento de águas, refere-se a novos reservatórios em Arganil e a vários quilómetros de conduta elevatória e, ao mesmo tempo, a nova captação está actualmente em processo de contratação mas vai permitir captação com outras condições, com um processo que tira partido também das condições naturais que temos na zona da Alagoa.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Miguel Teixeira, a Escola Secundária trata-se de um equipamento que está na esfera do Ministério da Educação, cuja responsabilidade de manutenção, reabilitação, é desse Ministério;



## Assembleia Municipal

ainda assim, no mês de Dezembro tive oportunidade de falar com a Senhora Secretária de Estado da Educação e há uma predisposição da Secretaria de Estado da Educação de financiar uma intervenção até ao valor de um milhão de euros, assumindo o município o papel de dono da obra; aguardamos que nos seja apresentada formalmente essa proposta, com a qual concordamos, para podermos assumir um papel na requalificação deste importante equipamento escolar, porque com as intervenções que já foram feitas naquilo que são as responsabilidades da autarquia ao nível do Centro Escolar de S. Martinho da Cortiça, do Centro Escolar de Côja, da EB1 de Arganil e Jardim de Infância, e agora com a EB1 e Jardim de Infância do Sarzedo, que está em fase de conclusão e com a EB1 e Jardim de Infância de Pomares, ficaremos com aquilo que são os equipamentos escolares mais significativos do concelho, devidamente requalificados. A questão da Escola Secundária assume aqui um papel incontornável.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luis Gomes não tenho nenhum apontamento a fazer.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado António João Lopes, que expôs aqui um leque muito variado de situações, algumas das quais já passaram nas assembleias de freguesia, já foram apreciados por unanimidade, e que já foram objecto de vasta discussão, neste momento não tenho nada para acrescentar. Aspectos muito concretos como o do estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada, temos essa preocupação bem presente na requalificação do espaço público porque os lugares que estão actualmente disponíveis não cumprem as boas normas para facilitar a mobilidade destas pessoas. O apontamento sobre a comarca de Arganil na internet digital, esta demora tem a ver com o processo de contratação pública que estamos a concluir com a Associação de Desenvolvimento Digital da Guarda, que é o operador nesta área que alojará a nossa solução, trata-se da finalização de um processo de contratualização. Sobre os resultados do grupo de voluntários que trabalhou de uma forma abnegada ao longo dos últimos anos, não só em SMC mas um pouco por todo o concelho, só posso aplaudir o esforço que Juntas de Freguesia, cidadãos anónimos, desenvolveram ao longo dos anos para preservar o nosso espaço florestal. E se foi possível estarmos com o território praticamente intacto, naquilo que teve a ver com os flagelos dos incêndios, muito desse resultado deve-se a este trabalho persistente, muitas vezes pouco visível, que estas equipas de voluntários desenvolveram por todo o concelho. Só posso regozijar-me com o trabalho que foi desenvolvido ao longo dos anos e fazer votos para que ele se mantenha no futuro. Como sabemos, isso foi assunto abordado transversalmente pelo senhor deputado André Vicente, sabemos que as alterações climáticas não são uma brincadeira como alguns parece que ainda acreditam, e tiveram consequências muito concretas no incêndio de 15 de Outubro. Sobre a elevação dos esgotos de Côja, há uma dificuldade colateral que tem a ver com o proprietário de um pedaço de terreno que é necessário para passar as condutas, que tem sido um obstáculo quase intransponível para esta intervenção ter lugar. Trata-se de uma intervenção que será



Assembleia Municipal

executada pela Águas do Centyro Litoral que já está contratualizada e que aguarda apenas que se consiga chegar a um bom porto relativamente ao terreno que necessita de ser atravessado pelas condutas para ser concretizada. O senhor Presidente da união das freguesias de Côja e Barril de Alva tem tido um papel muito activo, muito interventivo, muito empenhado na resolução deste problema e quero acreditar que vai ser bem sucedido no desbloquear desta situação relacionada com a ocupação do terreno. Os estudos estão feitos, a solução está encontrada, vai ser implementada.-----

-----Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Fernanda Pacheco, quero agradecer as palavras que são uma motivação para a nossa equipa, para a equipa das piscinas municipais.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado André Vicente, está em elaboração um plano direccionado para as alterações climáticas por parte da Comunidade Intermunicipal; justificar-se-á que aguardemos algum tempo pelos resultados, pelas conclusões deste documento, para poder haver uma consonância com os nossos próprios instrumentos; reconheço e partilho das preocupações que apresentou e aceito como óptimo contributo o caminho que assinala.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Figueira, quero acrescentar que a comunidade migrante no nosso território já ultrapassa os 400 cidadãos, já é um número significativo. Relativamente à barreira linguística há um empenho, que quero reconhecer, por parte do Agrupamento de Escolas de Arganil, no sentido de repetir ações de português direccionadas a esta comunidade, para podermos facilitar aquele que deve ser um processo de integração plena.”-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia mais inscrições para o período Antes da Ordem do Dia e informou que, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara utilizou mais 10 minutos para além dos 15, daria mais 3 minutos ao PS, mais 3 minutos à CDU e mais 3 minutos ao PSD.-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **Miguel Pinheiro** começando por agradecer os “esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara; ficamos a aguardar os desenvolvimentos do processo das obras; creia que o que nós queremos é que os incómodos e os percalços sejam um assunto do passado e que a empreitada decorra da melhor forma possível.-----

-----Em relação ao que foi dito anteriormente pelo Senhor Deputado Luis Gomes, gostava de comentar o que foi dito em relação à *Comarca de Arganil*, que pode ser transposto de uma maneira geral à reação que nós temos todos quando não gostamos do que lemos ou quando o que lemos não é escrito da forma que nós gostaríamos que fosse, quando não é escrito por nós; só quando somos nós a escrever é que as coisas saem de acordo com o que nós gostamos e, às vezes, nem nessas circunstâncias. Não estou aqui a fazer de advogado de defesa da *Comarca de Arganil*, só gostava de lembrar que não há muito tempo, no seguimento de uma



Assembleia Municipal

questão desse sentido, a própria Entidade Reguladora da Comunicação teve uma decisão que foi contrária a essa visão, e que reforçou o pluralismo do próprio órgão *Comarca de Arganil*. Da mesma forma, relembro que há cerca de 4 anos atrás, o próprio editorial da *Comarca de Arganil*, que é assinado pelo director, e a ficha técnica do jornal tem o corpo técnico, os jornalistas, os responsáveis, que o deputado pergunta se existem, é obvio que sim, e o Senhor sabe quem são; o director assinava esse editorial, no qual apelava ao voto directo no PSD, o voto directo, sem qualquer rodeio nem qualquer dúvida, e não me lembro nessa altura do PSD ter tido qualquer tipo de pruridos. Julgo que criar um labelo persecutório sobre os jornalistas não é um bom caminho, não concordo com isso, como não concordo por exemplo com aquilo que o presidente do meu clube diz em relação aos jornalistas, mas são opiniões. Acho que vale a pena olhar realmente para a história do jornal, para o passado e para o futuro do jornal, que é uma instituição centenária, que faz parte do património histórico e da memória colectiva dos arganilenses e que vale a pena estar a coberto e protegido da espuma dos dias e destas pequenas circunstâncias conjunturais que hoje são de uma maneira e amanhã serão de outra, com certeza.-----

-----Em relação ao investimento no Feijoal, o Partido Socialista obviamente congratula-se e relembra que esta obra, de quase 3 milhões de euros, é investimento e responsabilidade da Águas do Centro Litoral.-----

-----Devo lembrar que houve uma pequena gralha, está a decorrer uma ação de reflorestação neste momento na freguesia dos Cepos, organizada pela Associação SOS Arganil, com o apoio da QUERCUS, que o Senhor Presidente da Câmara não referiu.-----

-----Quero ainda referir que acho que era importante que a participação do público tivesse uma consequência e tivesse uma resposta; na altura não disse nada, até porque julgo que era o Senhor Presidente que deveria ter dado essa resposta. Quero aproveitar este momento para reforçar a importância da Lomba do Canho, para fazer da intervenção um sublinhado da referência que temos no concelho de Arganil e do potencial que está associado, mas de alguma maneira, esclarecer o Senhor Nuno Lemos que julgo eu, deve ficar de alguma forma descansado, porque no Orçamento que nos foi apresentado na última Assembleia Municipal estão lá plasmados 300 mil euros vinculados à eventual recuperação e intervenção na Lomba do Canho; neste momento convido-o a estar atento, nos próximos tempos, para perceber de que forma é que essa verba destinada à Lomba do Canho será, ou não, investida.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referindo que “antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Manuel Augusto, quero dizer que não pretendo intervir no âmbito do debate político que é feito nesta Assembleia, uma vez que o meu papel é moderar e dirigir os trabalhos, mas uma vez que na intervenção do Senhor Deputado Miguel Pinheiro se referiu a uma decisão da ERC relativamente a um processo em que estive envolvido, enquanto Presidente da Câmara e a



Assembleia Municipal

Comarca de Arganil, apenas convidava o senhor deputado a ler a deliberação da ERC sobre essa matéria e depois, seguramente que não faria as considerações que fez, relativamente a essa mesma decisão.”-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **Manuel Augusto Rodrigues** referindo que “a notícia que sai na Comarca dá a sensação que a nota de imprensa da Câmara daria ênfase ao processo estar estagnado desde Agosto de 2017; não tenho acesso, mas parece que os deputados da bancada do PSD tiveram acesso, para falarem da maneira como falaram. -----

-----O Senhor Presidente veio dar-me razão em relação ao abastecimento de água de Arganil, um processo que foi a concurso muito antes e que irá começar sensivelmente na mesma altura.”-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **António João Lopes** dizendo que “no mandato anterior a CLDS 3G a que presidia a Dr.ª Elisabete, fazia apelo à produção de energias endógenas; era um projecto de 500 mil euros; gostaria de saber ou de conhecer o Relatório porque essa área de actividade prende-me com interesse e tanto mais que o município de Arganil tem muitas disponibilidades nessa área. Por isso gostaria de conhecer o que foi feito, nesse projecto.-----

-----Ontem tive conhecimento do boletim municipal, para o qual já escrevi dois textos, e este boletim continua a não considerar a CDU; ora, a directiva 1/2008, diz que todos os grupos políticos eleitos têm direito a participar, ou devem participar no boletim municipal. Espero que de futuro isso seja visto.-----

-----Enviei para a mesa da Assembleia Municipal pedido do último relatório da Comissão de Segurança; fui eleito na última Assembleia Municipal para a Comissão de Segurança e conheço vários problemas de segurança civil e segurança noutros aspectos, como económicos, e pedia que esta Comissão de Segurança reunisse porque, para além dos 3 eleitos na Assembleia Municipal, há outros elementos; fazia a sugestão que, dado que eu venho de Lisboa, para evitar pagamentos de mais deslocações, que fosse junto ao dia da reunião da Assembleia Municipal, ou antes, ou depois, ou mesmo da parte da tarde, pois normalmente as nossas reuniões são entre o pequeno-almoço e o almoço, está a contrair-se o mais possível a vida das Assembleias Municipais, ou antes, a Assembleia Municipal é um elemento que entra na nossa constituição e, politicamente, ainda não interiorizámos que a Assembleia Municipal é a estrutura que devia ser a mais activa para debater os problemas da autarquia. Logo, proponho que todos os elementos da Assembleia Municipal façam o possível por trazer os problemas do município nas várias vertentes. Desde o início do mandato anterior, tenho feito propostas, para serem distribuídas a todos os elementos da Assembleia Municipal, eleitos ou por direito próprio, mas a verdade é que nunca ninguém se pronunciou; será que as propostas são todas aprovadas por unanimidade e ninguém tem nada a dizer, nem têm outras propostas a fazer? Acho que é extremamente importante que todos vejamos com interesse que é nesta



Assembleia Municipal

ocasião, nesta Assembleia, que devemos apresentar as preocupações e porquê, as coisas têm corrido como correram até agora; como é que há incêndios descontrolados. Proponho que a Comissão de Segurança reúna o mais breve possível e com uma periodicidade de, pelo menos, 3 ou 4 reuniões por ano.”-----

-----Foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal **Elisabete Oliveira** para “clarificar alguns aspectos, sobretudo no que diz respeito àquilo que foi dito pelo meu companheiro Luis Gomes; relativamente à Comarca de Arganil, a opinião que foi dada pelo deputado Luis Gomes, traduz-se não na falta de respeito pela instituição da *Comarca de Arganil*, mas precisamente ao contrário, pelo respeito que nos merece aquele jornal; é importante perceber algo, principalmente depois daquilo que o deputado Miguel Pinheiro referiu, que nós não pretendemos nem nunca pretendemos, não faz parte da nossa natureza, pretender que um órgão de comunicação social esteja ao serviço do PSD, como também não esperamos que esteja ao serviço do PS ou de qualquer outro partido político ou interesse pessoal ou institucional. O que se pretende de um órgão de comunicação social é que tenha um papel de isenção e de imparcialidade, o que também não significa que não possam ser, nos locais próprios para isso, porque há nos jornais artigos de opinião, que haja espaço para essa pluralidade de opiniões e de interesses. Num sistema democrático a comunicação social existe e é uma expressão muito conhecida e muito popular, como o quarto poder; tem um papel essencial na forma como transmitimos a informação aos cidadãos e como lhes prestamos, de alguma forma, contas, sobre o papel do poder autárquico e central, para que possam avaliar aquilo que é feito. Não posso deixar de dizer que a forma como têm sido selecionados esses conteúdos, nos levantam algumas preocupações, não pelo PSD, mas por Arganil, porque sentimos e compreendemos que a forma como os critérios têm sido aplicados nos parecem muitas vezes responder mais a interesses pessoais e institucionais do que a interesses do concelho. E aqui não entra o PSD, mas sobretudo Arganil e o concelho; preocupa-me enquanto arganilense mas sobretudo enquanto cidadã que alguns órgãos que têm uma importância muito, muito significativa, sejam instrumentalizados, ou possam ser instrumentalizados. Acho importante e acho que é uma preocupação de todos os deputados, independentemente das suas filiações político-partidárias, porque o que queremos é que os cidadãos tenham acesso a toda a informação que lhes é devida, muitas vezes incómoda, não pretendemos que haja um filtro cor-de-rosa em relação àquilo que é feito ou desenvolvido, mas que haja um acesso a uma informação que é imparcial, isento, e que respeita as pessoas e este concelho.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Luis Gomes** referindo que “relativamente à intervenção do deputado Miguel Pinheiro, a deputada Elisabete Oliveira já disse aquilo precisamente que eu queria dizer; devo referir ainda que a razão da minha intervenção inicial foi resultante do feed-back que tenho na rua, dos





## Assembleia Municipal

arganilenses, em relação à falta de isenção e de independência da *Comarca de Arganil*. A mim não ouvem nada nem contra as pessoas nem contra o jornal, move-me contra os conteúdos, que não entram em defesa dos interesses do concelho e de Arganil. A propósito, deixava aqui um tema que poderia ser tratado e que se relaciona com o Clube de Produtores do Concelho de Arganil, que foi agora criado e celebrou um protocolo com a Câmara, a desenvolver a marca de Arganil, e os produtos endógenos e artesanais; este é um bom tema para desenvolver e que necessariamente terá impacto no desenvolvimento de actividades económicas, de postos de trabalho, eventualmente; isto sim, são temas de interesse e não as coisas mesquinhas que, sem qualquer tipo de interesse, muitas vezes são trazidas a público e não defendem os interesses de Arganil.”-----

## ORDEM DO DIA

### 1 - **Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Municipal.**-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referindo que “sobre esta matéria, em diálogo com as bancadas, entendeu-se que esta proposta base necessita ainda de mais alguma maturação; durante o mês de Março, a conferência de representantes dos grupos municipais vai reunir e, assim, proponho que este ponto passe para a próxima reunião da Assembleia Municipal.”-----

-----Foi aprovado, por unanimidade, que este assunto transite para a próxima reunião da Assembleia Municipal.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referindo que “relativamente aos pontos nº 2, nº 3 e nº 4, há consenso entre as bancadas do PSD, do PS e da CDU;-----

-----Foi-me apresentada, para o ponto nº 2, uma proposta que integra André Vicente, Miguel Teixeira, e António João Lopes, tendo como suplentes Elisabete Oliveira e Tamára Simão; é uma lista única, proposta pelas 3 bancadas.”-----

-----Relativamente ao ponto nº 3, também uma proposta única, proposta de eleição de Mário Gonçalves para a Comissão Municipal de Arganil.”-----

-----Para o ponto nº 4, representante das Juntas de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação, a proposta é a Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, professora Rosário Oliveira.”-----

-----Estas eleições têm que ocorrer por voto secreto. Fazemos a chamada e a nossa colaboradora vai ao vosso lugar para recolher o voto; já têm junto de vós 3 boletins de voto, vamos começar pelo ponto nº 2, depois o nº 3 e por fim o nº 4.”-----



Assembleia Municipal

-----Esta proposta conjunta faz parte dos anexos da presente acta.-----

**2 – Eleição de três representantes da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal da Juventude de Arganil.**-----

-----Após o escrutínio, foi aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor e três votos em branco, a proposta de André Vicente (PSD), Miguel Teixeira (PS), e António João Lopes (CDU), tendo como suplentes Elisabete Oliveira e Tamára Simão, para integrarem o Conselho Municipal da Juventude de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**3 – Eleição de um elemento para integrar a Comissão Municipal de Arganil, competente para autorizar a instalação ou modificação de estabelecimento de comércio a retalho e comércio por grosso, em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais,** nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 7 da lei nº 12/2004, de 30 de Março.-----

-----Após o escrutínio, foi aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor e dois votos em branco, o nome de Mário Gonçalves (PS), para a Comissão Municipal de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**4 – Eleição de um elemento representante das Juntas de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação.**-----

-----Após o escrutínio, foi aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor e três votos em branco, o nome da professora Rosário Oliveira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, para o Conselho Municipal de Educação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**5 – Apreciação e votação do Regulamento da Conta Solidária.**-----

-----A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, o Regulamento da Conta Solidária.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

**6 – Apreciação e votação dos Contratos de Delegação de Competências e Acordos de Execução, a celebrar entre o Município de Arganil e as respectivas Juntas/Unões de Freguesia.**-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “esclarecer que este assunto já tinha sido aqui apreciado, mas entendemos fazer a consolidação de todos os aspectos formais e das adendas que já existiam, relativamente a cada uma das freguesias, passando todos os direitos e obrigações das partes a estarem incluídos apenas nestes dois documentos. Relativamente à freguesia de Benfeita, e União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, nas referências que se fazem nas delegações de competências ao sub-sistema de abastecimento de água, estamos a falar do conjunto de sub-sistemas autónomos que existem nas respectivas freguesias.”-----

-----A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, os Contratos de Delegação de Competências e Acordos de Execução em apreço.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**7 – Apreciação e votação da celebração de Contratos Programa entre o Município de Arganil e as Freguesias de Arganil, Benfeita, Celavisa, Folques, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo, União das Freguesias de Cepos e Teixeira, União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, União das Freguesias de Côja e Barril de Alva e União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.**-----

-----A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, os Contratos Programa entre o Município de Arganil e as Freguesias supra citadas, em apreço.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**8 – Apreciação e votação da Adenda ao Contrato Programa nº 6/2017, celebrado com a Junta de Freguesia de Pomares.**-----

-----A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a Adenda ao Contrato Programa nº 6/2017, celebrado com a Junta de Freguesia de Pomares.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

**9 – Apreciação e votação da Adenda ao Contrato programa nº 11/2015, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.**-----

-----A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a Adenda ao Contrato Programa nº 11/2015, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**10 – Apreciação e votação da Adenda ao Contrato Programa nº 32/2016, celebrado com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.**-----

-----A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a Adenda ao Contrato Programa nº 32/2016, celebrado com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**11 – Apreciação e votação da proposta de Alteração ao Regulamento de Ação Social Escolar.**-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **Manuel Augusto Rodrigues** referindo que “já na última Assembleia também vieram artigos do primeiro semestre de 2017 e agora volta a esta Assembleia; acho que tem que haver alguma celeridade da parte do Executivo, porque este ponto foi aprovado por unanimidade em 5 de Dezembro de 2017; a audiência dos interessados pressupõe ser durante 30 dias. Acho que teria havido tempo mais que suficiente para promover a audiência dos interessados e evitávamos estar com esta salvaguarda de dispensar a audiência.”-----

-----A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a Alteração ao Regulamento de Ação Social Escolar.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**12 – Apreciação e votação dos Seguros Pessoais dos Eleitos Locais: actualização dos valores e dos elementos seguros.**-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **António João Lopes** que referiu que “talvez por demora dos correios não recebi estes documentos; o que é isto de acidentes de eleitos locais? Quem está neste grupo?”-----



Assembleia Municipal

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que “é um direito dos eleitos locais, quer sejam da Câmara Municipal quer sejam da Assembleia Municipal, se, no exercício das suas funções, tiverem qualquer ocorrência, estejam protegidos por estes seguros. Decorre da lei que durante o período em que se realizam as reuniões, ou no trajecto de casa para as reuniões, que haja um seguro para eventualidades que possam acontecer.”-----

-----O Senhor Deputado Municipal **Manuel Augusto Rodrigues** referiu ainda que “havendo 4 elementos da Assembleia Municipal que estão na CPCJ, prevendo também a CPCJ um seguro, o seguro é o mesmo?”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** explicando que “à cautela, parece-me sensato que os representantes da Assembleia Municipal na CPCJ tenham também um seguro, porque como disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, este seguro abrange a actividade dos membros da Assembleia Municipal nas reuniões da mesma e no trajecto que percorrem. Não são valores muito significativos e penso que não se justifica correr o risco de um eventual problema de um representante da Assembleia Municipal na CPCJ poder ficar a descoberto do seguro.”-----

-----Teve novamente a palavra o Senhor Deputado Municipal **Manuel Augusto Rodrigues** que referiu que “o Regulamento da CPCJ também prevê a contratação por parte da Câmara de um seguro; estando nós, membros da Assembleia Municipal eleitos para a CPCJ, já incluídos dentro desse seguro, haverá necessidade deste?”--

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou ainda que “relativamente à CPCJ a situação está sempre salvaguardada, seja pelo seguro feito através da CPCJ, seja pelo seguro feito através da Assembleia Municipal.”-----

-----A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta de Seguros Pessoais dos Eleitos Locais: actualização dos valores e dos elementos seguros.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**13 – Apreciação e votação da Correção Material do Plano Director Municipal (PDM) – correção do artigo 12, ao abrigo do artigo 122 do DL nº 80/2015, de 14 de Maio.**-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** explicando que “esta correção material visa ultrapassar uma contingência com que nos vínhamos a confrontar na aplicação deste artigo 2º do regulamento do PDM, relacionado com a legalização de imóveis em situação irregular. Estava muito “afunilado” naquilo que tinha a ver com o uso habitacional e isso restringia depois a possibilidade de se fazer a legalização de outros edifícios que não tivessem esse tipo de uso. Trata-se de



Assembleia Municipal

manter esta janela temporal, de, relativamente aos imóveis que foram construídos em determinado momento histórico, aumento temporal, de poderem ser objecto de procedimento de licenciamento, com as regras que estavam em vigor na altura em que foram construídos, porque não existindo, e fora desta norma, essas operações de legalização só poderiam acontecer com os instrumentos presentemente em vigor, que são significativamente mais restritivos.”-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **Miguel Pinheiro** que agradeceu o esclarecimento e referiu ainda que “esta minha intervenção não tem a ver especificamente com alguma objecção a esta correção material; queria apenas chamar a atenção para a alínea b) do nº 1 do artigo 15º, condições gerais de edificabilidade no solo rústico; julgo que haverá uma gralha no texto, falta um “não”, ou seja, são duas condições cumulativas, para um terreno ser admissível à edificabilidade; um deles não estar classificado como risco de incêndio na carta de perigosidade, risco elevado nas condicionantes elevado ou muito elevado e o b) diz que a edificabilidade esteja condicionada – julgo que aqui é *não esteja condicionada*, em função do limite das áreas ardidas durante os próximos dez anos; julgo que falta esta *não*. Solicitava a atenção dos serviços, não sei se pode ainda ser incluído neste processo de correção material ou não, mas fica a chamada de atenção, posso estar a confundir alguma coisa, só peço que isso seja verificado.”-----

-----A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a Correção Material do Plano Director Municipal (PDM) – correção do artigo 12, ao abrigo do artigo 122 do DL nº 80/2015, de 14 de Maio.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**14 – Apreciação e votação da Isenção da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar no ano de 2018, referente aos imóveis afectados pelos incêndios.**-----

-----A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta de Isenção da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar no ano de 2018, referente aos imóveis afectados pelos incêndios.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**15 – Apreciação e votação da actualização da lista de edifícios situados nas áreas de reconstrução urgente, abrangidos pelo artigo 4 do DL nº 130/2017, de 9 de Outubro.**-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta de actualização da lista de edifícios situados nas áreas de reconstrução urgente, abrangidos pelo artigo 4 do DL nº 130/2017, de 9 de Outubro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**16 – Apreciação e votação da autorização genérica para atribuição de apoios a eventos promovidos pelas Juntas e Uniãoes de Freguesia.-----**

-----Pedi a palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** dizendo que “solicito retirar este ponto da ordem de trabalhos; há questões burocráticas que tornam o nosso exercício relativamente complicado; uma delas tem a ver com coisas tão simples quanto seja o apoio às freguesias na montagem de stands, nos apoios que tradicionalmente são prestados com alguns recursos, como um electricista que vai fazer algumas iniciativas e aquilo para que, entretanto, nos alertaram, é que se trata de apoios que, apesar de não serem financeiros, são da competência da Assembleia Municipal e não são delegáveis na Câmara. Num primeiro momento equacionámos esta alteração genérica e concluímos depois, com a Associação Nacional de Municípios, que não é este o caminho adequado; entretanto teremos oportunidade de apreciar aqui um Regulamento que agilize esta questão.”-----

-----A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, retirar este ponto da ordem de trabalhos.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos 17 e 19 fossem discutidos em conjunto, por estarem interligados.-----

-----A Assembleia Municipal concordou com a proposta do Senhor Presidente.-----

**17 – Apreciação e votação do reconhecimento de funções exercidas com vínculo inadequado e correspondentes a necessidades permanentes no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (PREVPAV), do Município de Arganil.-----**

-----Não tendo havido intervenções, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta do reconhecimento de funções exercidas com vínculo inadequado e correspondentes a necessidades permanentes no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (PREVPAV), do Município de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

**18 – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas – Compromissos Plurianuais; Pagamentos em Atraso; Recebimentos em Atraso, a 31 de Dezembro de 2017.** Para conhecimento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**19 – Aprovação e votação da Alteração do Mapa de Pessoal relativo a 2018.**-----

-----Não tendo havido intervenções, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a Alteração do Mapa de Pessoal relativo a 2018.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**20 – Substituição do representante designado pela DGEST no Conselho Municipal da Educação.** Para conhecimento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**21 – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca das Actividades do Município, bem como da situação financeira do mesmo.**-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Miguel Pinheiro** que chamou a atenção para o facto “de que esta informação foi disponibilizada ontem, às 22.00 horas, na plataforma, e não tivemos oportunidade de a analisar. Solicitávamos, se possível, que nas próximas reuniões, a documentação fosse disponibilizada o mais cedo possível.”-----

-----Teve a palavra a Senhora Deputada Municipal **Ana Sofia Antunes** para “completar o que o Miguel disse; de facto, a legislação nesta matéria estabelece que devemos receber esta informação com 5 dias de antecedência e agradecemos, para podermos analisar isto condignamente, que de futuro isso pudesse tentar ser cumprido.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que “o Relatório de evolução da situação financeira só foi disponibilizado ontem à noite mas, ainda assim, o relatório da restante actividade do município já está disponibilizado há vários dias.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, referindo que “registre as intervenções dos senhores deputados; tudo faremos para que, no futuro, os documentos, desde que estejam disponíveis, o possam estar para todos os





Assembleia Municipal

deputados, com a maior antecedência possível, para todos poderem proceder à sua análise.”-----

## ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram doze horas e trinta minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_